

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.575.828 - SC (2015/0321981-2)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : SOUZA CRUZ LTDA
ADVOGADOS : ADOLFO BUTZKE - SC001451
ALEXANDRE VICTOR BUTZKE E OUTRO(S) - SC012753
RECORRIDO : VÂNIO KAFKA
ADVOGADOS : CLAYTON BIANCO - SC015174
EVANDRO ALBERTON ASCARI E OUTRO(S) - SC017561

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão com a seguinte ementa:

NOTAS DE CRÉDITO RURAL. Monitória. Embargos providos. Apelo da fumageira. Sub-rogação no crédito das instituições bancárias. Prova. Falta. Simples cessão. Notificação da devedora. Requisito indispensável à sua validade. Inobservância. Reclamo secundário. Justiça gratuita. Deferimento. Honorários advocatícios. Pedido de majoração acolhido. Apelo desprovido. Recurso adesivo provido. No caso concreto incorre sub-rogação, pois a fumageira não constou como fiadora nas notas de crédito e, ademais, ausente prova de que o devedor tenha sido notificado da cessão.

Alega-se violação dos artigos 347 e 831 do Código Civil, além de dissídio jurisprudencial, sob o argumento de que a Corte estadual entendeu "ser imprescindível a notificação prévia do devedor acerca da sub-rogação do crédito para que possa ser deflagrada ação visando a cobrança do crédito sub rogado pelo novo credor" (e-STJ, fl. 163), o que estaria equivocado, e que a ausência de notificação não impede a cobrança de dívida.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

O Tribunal local não entendeu ser necessária a notificação no caso de sub-rogação, senão que esta não ocorreu.

Leia-se o excerto:

"Embora nas declarações emitidas pelas duas instituições financeiras

Superior Tribunal de Justiça

a apelante tenha constado como fiadora, da análise das notas de crédito deflui ausente esta qualificação (fls. 70/74). Logo, como assentado na sentença, inviável presumir a fiança, a teor do artigo 819 do Código Civil.

Ademais, inexistindo a figura do fiador, não há falar em su-rogação dos direitos creditórios decorrentes do pagamento da dívida (art. 81 do CC) mas de simples cessão de crédito (A.C. 2010.054125-3, de Rio do 1 ampo, Rel Des. Lédio Rosa de Andrade, j. 2.11.2011)" (e-STJ, fl. 147).

Inequívoco, pois, que ao reexame da questão recaem os óbices de que tratam os enunciados n. 5 e 7 da Súmula desta Casa.

Concluiu a Corte catarinense, de outro lado, que, "para que seja válida e tenha eficácia entre as partes, imprescindível a notificação do devedor sobre a transferência da titularidade (art. 290, CC), o que inocorreu no presente caso. De consignar, ainda, que falta de cientificação do devedor acerca da cessão havida não pode ser suprida pela citação, pois a notificação reclama seja feita por instrumento públrco ou particular. Em vista dessas circunstâncias, o apelo é desprovido .C. 2014.095162-1, de Ituporanga, j. 28.4.2015)" (e-STJ, fl. 147).

Esta Corte Superior, entretanto, não comunga do entendimento adotado pelo Tribunal de origem, na medida em que ausência de notificação não torna a dívida inexigível, senão desobriga o devedor que, sem ela, paga ao primitivo credor.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CPC/1973. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS CONJUGADO COM CANCELAMENTO DE TÍTULOS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. INEXISTÊNCIA. SÚMULA Nº 211/STJ. CONTRATOS BANCÁRIOS. CESSÃO DE CRÉDITO. NOTIFICAÇÃO DO DEVEDOR. AUSÊNCIA. DÍVIDA EXIGÍVEL. SÚMULA Nº 568/STJ. CADASTRO DE INADIMPLENTES. INSCRIÇÃO. REGULARIDADE. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos

Superior Tribunal de Justiça

nºs 2 e 3/STJ).

2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte. 3. A ausência de prequestionamento da matéria suscitada no recurso especial, a despeito da oposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial em virtude da incidência da Súmula nº 211/STJ.

4. A inexistência de notificação do devedor acerca da cessão de crédito não torna a dívida inexigível e não impede o novo credor de praticar os atos necessários à preservação dos direitos cedidos.

Precedentes.

5. Não há como rever o entendimento do tribunal de origem acerca da validade da dívida e da regularidade da inscrição nos cadastros de inadimplentes sem a análise de fatos e provas, o que é inviável no recurso especial diante da incidência da Súmula nº 7/STJ.

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1146254/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 6/2/2018, DJe 20/2/2018)

Diante do exposto, conheço e dou provimento ao recurso especial para cassar a sentença proferida nos autos dos embargos ao pedido monitório e, afastando a ausência de notificação da cessão como causa de inexigibilidade do título, determinar o retorno dos autos à origem para o regular processamento, apreciando-se as demais questões com se entender de direito.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora